



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

02, 03 e 04 de Agosto 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 04/08/2014
Assunto: PNE	Página: Online	



OPINIÃO: APRENDER É UM DIREITO DE TODOS

"Uma política curricular nacional deve estabelecer de forma objetiva e clara o que cada aluno deve aprender em cada etapa da escola", afirma Maria Alice Setubal

Fonte: Folha de S.Paulo (SP)

Até o final de 2016, o Brasil deverá construir sua primeira proposta de base nacional comum curricular da educação fundamental e ensino médio, dispositivo que define objetivamente o que se espera que os alunos aprendam nas determinadas fases escolares, segundo o Plano Nacional de Educação, sancionado pela presidente Dilma em junho.

Os recentes avanços, como a universalização do ensino fundamental nos anos 90, a definição, em 2010, da escolaridade de nove anos como obrigatória e a meta de universalização do ensino médio para 2016, reafirmam o direito à educação pública e o dever do Estado de provê-la, mas não garantem o direito de aprendizagem a todas as crianças e adolescentes.

São múltiplos os fatores que determinam as condições de ensino e de aprendizagem. É importante considerarmos, no entanto, que a ausência de uma base curricular tende a agravar esse quadro, ao criar um espaço de indefinições, equívocos e interpretações pessoais que restringem a aprendizagem dos alunos.

Países com bom desempenho em avaliações internacionais possuem um documento nacional especificando o que deve ser ensinado, com variações no grau de detalhamento desses conteúdos, conforme estudo comparativo realizado pela pesquisadora Paula Louzano, que analisou políticas curriculares de diversos sistemas de ensino.

No Brasil, a ausência dessas especificações favorece que as avaliações externas pautem o que deve ser ensinado, mostrando uma inversão no processo de definição das políticas educacionais. Uma política curricular nacional, que estabeleça de forma objetiva e clara o que cada aluno deve aprender em cada etapa do percurso escolar -- independentemente de sua origem territorial, social ou cultural--, expressa um projeto de sociedade sustentado no princípio da igualdade.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Construir uma base nacional curricular comum, no entanto, requer alguns pontos de atenção.

O primeiro deles é que os sistemas educacionais tenham a liberdade de complementar a base curricular comum considerando os contextos locais e articulando o projeto de sociedade às aspirações e especificidades regionais.

A definição de objetivos claros de aprendizagem deve também favorecer o controle social das políticas educacionais e o acompanhamento da aprendizagem pelos sistemas educacionais e pelas famílias.

Outro pressuposto é a articulação da base curricular nacional com políticas de formação de professores, inicial e continuada. A indicação clara do que é preciso ensinar é condição para um efetivo planejamento docente e acompanhamento da aprendizagem de cada aluno.

Por fim, para que a base nacional curricular comum expresse um projeto de sociedade mais justo, é fundamental que sua construção envolva uma ampla participação social, com dispositivos que garantam consulta, debate, formulação e validação. Sem isso, o Brasil deixará, mais uma vez, escapar a oportunidade de alçar a educação ao patamar de prioridade nacional de fato.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 04/08/2014
Assunto: Sindicais		Página: Online



EDITORIAL: DILEMAS DA EDUCAÇÃO E DE TODA A SOCIEDADE

"Coloca-se para o movimento sindical a necessidade de criar novas formas de luta e de protestos que não tenham o estudante, o ensino e a própria sociedade como alvos preferenciais", afirma jornal

Fonte: Gazeta de Alagoas (AL)

Através de liminar, a Justiça alagoana determinou que os professores da rede municipal de Maceió retornem às salas de aula dentro de um prazo de 48 horas.

Mais uma vez, um posicionamento judicial se faz necessário para evitar que a sociedade sofra um prejuízo maior e irreparável.

Mais uma vez, coloca-se para o movimento sindical a necessidade de criar novas formas de luta e de protestos que não tenham o estudante, o ensino e a própria sociedade como alvos preferenciais.

Na verdade, toda vez que os serviços essenciais são interrompidos por um movimento paredista, por mais que sejam justas as reivindicações daqueles que estão a interromper a atividade laboral, apenas o público é prejudicado.

Os governos e os governantes nunca são alcançados pelos efeitos negativos de uma paralisação nos serviços de primeira necessidade. Os usuários, mormente pessoas sem outra alternativa para o serviço interrompido, sofrem todas as consequências de uma disputa sobre a qual eles, pouco ou nada, podem fazer.

Mesmo que as aulas perdidas venham a ser repostas, isto nunca é feito de forma a recuperar o tempo perdido. As disciplinas são irremediavelmente "apertadas" para que o novo período não venha a ocupar totalmente o tempo das férias, e, nessa compressão, esmaga-se a qualidade do que está a ser lecionado e sacrifica-se o aproveitamento geral do alunado. A depender do tempo da greve, um ano letivo inteiro pode ser prejudicado, senão inteiramente desperdiçado.

Mais das vezes, nem os sindicalistas logram êxito em suas demandas nem a sociedade consegue recuperar o tempo desperdiçado (em termos de formação escolar real). O



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

prejuízo, nesses casos, é total. Menos para os governantes, que seguem seus caminhos, passando a largo de mais uma dentre tantas greves.

Reafirmando o dito antes, e repetido em mais de uma ocasião, é justa a luta dos professores e demais servidores dos serviços públicos essenciais. Salários e condições de trabalho são de grande precariedade. Suas bandeiras são meritórias e seus objetivos dignos de apoio – mas a velha forma de luta que tem assumido o resultado de prejudicar apenas a população (e em sua parcela mais pobre) é injusta, incorreta, e precisa ser repensada. Com muita urgência.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 04/08/2014
Assunto: Federalização		Página: Online



Comissão de Educação discute federalização do ensino básico

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado tem reunião marcada para amanhã (5). Na pauta, estão 10 itens, entre eles, um projeto de decreto legislativo (PDS 460/2013) que convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a federalização da educação básica.

A proposta da consulta é do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Para ele, a União deve assumir a responsabilidade pelo setor. Atualmente cabe, sobretudo, aos estados e municípios custear a educação infantil e os ensinos fundamental e médio.

O cidadão deverá responder, com sim ou não, à seguinte questão: "O financiamento da educação básica pública e gratuita deve passar a ser da responsabilidade do governo federal?"

O PDS 460/2013 já esteve na pauta da CE em 15 de julho, mas não foi votado por conta de um pedido coletivo de vista. Se passar pela Comissão de Educação, a proposta vai à

Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para, posteriormente, ser votada em Plenário.

Os senadores também devem analisar o PLS 214/10, do senador Paulo Paim (PT-RS), que cria o Programa Bolsa de Permanência Universitária.

Pela proposta, o programa oferecerá bolsas de estudo a alunos carentes matriculados em cursos reconhecidos de graduação, de tecnologia e sequenciais de formação específica em instituições autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC).

O auxílio equivalerá a um salário mínimo, e o beneficiado deverá prestar serviço à União, com duração de 20 horas semanais, em regime de estágio, prioritariamente como monitor em escola da rede pública.

O projeto é terminativo na CE. Ou seja, só vai a Plenário se houver recurso.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 04/08/2014
Assunto: Material Escolar		Página: Online



Escolas podem ser obrigadas a divulgar lista de material

A divulgação da lista de material escolar pelo menos 45 dias antes da data final de matrícula pode se tornar norma obrigatória para as escolas. É o que prevê projeto em pauta na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que poderá ser votado nesta terça-feira (5), em decisão terminativa.

O PLC 97/2009 foi apresentado pelo deputado já falecido Clodovil Hernandez e recebeu voto favorável do relator, senador Cristovam Buarque (PDT-DF). O texto visa a acabar com a prática de divulgação da lista alguns dias antes do início das aulas, compelindo os alunos à compra do material na própria escola, por falta de tempo para pesquisa e aquisição em outros estabelecimentos comerciais.

De acordo com o relator, a divulgação antecipada dos itens solicitados pelas escolas dará maior transparência na relação com as famílias e contribuirá para reduzir a vulnerabilidade do consumidor.

O projeto modifica a Lei 9.870/1999, que já determina que as escolas divulguem com antecedência o texto da proposta de contrato, o valor da anuidade e o número de vagas por sala. Se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto segue diretamente para a sanção presidencial.

A CMA se reúne para deliberar 25 itens às 10 horas na sala 6 da ala Nilo Coelho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 04/08/2014
Assunto: Livros didáticos		Página: Online



Professores já podem acessar o Guia de Livros Didáticos 2015

Professores do ensino médio já podem pesquisar os livros que vão escolher para uso nas escolas da rede pública a partir do próximo ano. O Guia de Livros Didáticos 2015, que contém resenhas e informações de cada uma das obras selecionadas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), está disponível no portal eletrônico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O período para a escolha dos livros didáticos será de 22 de agosto a 1.º de setembro, no sistema eletrônico do FNDE. Desta vez, serão selecionadas obras destinadas a alunos e professores do ensino médio de todas as disciplinas: português, matemática, história, geografia, física, química, biologia, filosofia, sociologia, língua estrangeira (inglês e espanhol) e arte.

Com o guia em mãos, professores, diretores e coordenadores pedagógicos podem conhecer melhor os livros e selecionar os mais adequados ao método de ensino de cada escola. Depois disso, basta entrar no sistema do FNDE e oficializar a escolha.

Devem ser selecionadas duas opções de cada componente curricular, de editoras diferentes. Caso não seja possível a aquisição dos livros da editora da primeira opção, o FNDE comprará as obras da segunda opção. Para facilitar ainda mais a escolha, o FNDE oferece em seu portal uma série de documentos de apoio, como Orientações para a escolha, Compromissos da escola e Normas de conduta.

COMPRA - Após trabalhar os dados sobre os pedidos feitos por escolas públicas de todo o país, o FNDE negocia a aquisição das obras com as editoras e, em função da escala da compra, consegue preços bem abaixo dos praticados no mercado. A previsão é de comprar cerca de 90 milhões de exemplares em benefício de 7 milhões de alunos do ensino médio. Também haverá aquisição de livros do ensino fundamental para reposição e complementação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 04/08/2014
Assunto: Desinteresse estudantil		Página: Online



Ensino médio testa saídas contra desinteresse e evasão escolar

Menos de um terço dos jovens pobres no Brasil conclui essa fase dos estudos, diz relatório do BID

De um lado, adolescentes pouco estimulados pelos estudos, muitas vezes cursando séries atrasadas. Do outro, um currículo escolar extenso porém desconectado da realidade, em aulas excessivamente teóricas e incapazes de suprir deficiências anteriores dos alunos.

Esses são, segundo especialistas, alguns dos ingredientes que levam a altos índices de evasão no ensino médio brasileiro, ciclo que é considerado hoje o principal gargalo da educação no país.

Brasil precisa investir mais R\$ 54 bi por ano para atingir meta de qualidade do novo plano de educação

O tema voltou a entrar em evidência neste mês com um relatório do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) apontando que, entre os jovens mais pobres, menos de um terço conclui o ensino médio no Brasil.

"É no ensino médio que desembocam todos os problemas anteriores da formação", explica à BBC Brasil Andrea Bergamaschi, gerente de projetos da ONG Todos Pela Educação.

"A criança começa a acumular dificuldades de aprendizado desde a alfabetização; dificuldades em ler e em interpretar. O ensino médio acaba tendo que lidar com tudo isso, além de seus próprios problemas: um currículo escolar desconectado das expectativas do aluno para seu futuro."

Em 2012, apenas 51,8% dos jovens de até 19 anos haviam concluído os anos finais da educação básica brasileira, segundo dados do IBGE compilados pela ONG Todos Pela Educação.

Interesses

E é nessa fase da vida em que os jovens passam a ter outros interesses, além de começarem a se sentir tentados – sobretudo se forem de baixa renda - a largar os estudos e focar esforços em entrar no mercado de trabalho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Se o menino começa a perceber que o mercado ou a vida são mais atraentes, e ao mesmo tempo não tem esperança de entrar no ensino superior, o que ele fará na escola?", questiona Angelo Ricardo de Souza, doutor em políticas públicas educacionais da Universidade Federal do Paraná.

Quando os alunos ultrapassam o limite de 25% de falta, seu caso costuma ser encaminhado pelas escolas aos Conselhos Tutelares das respectivas cidades ou bairros.

o Conselho Tutelar do Itaim Paulista, que abrange 430 mil pessoas nesse bairro carente do extremo leste de São Paulo, os cinco conselheiros dizem receber quase dez casos por dia de evasão escolar, de todas as séries.

Há, segundo o conselheiro Edemir de Melo, desde alunos que abandonam a escola após sofrer bullying e ameaças ou por "preguiça mesmo", até alunos sem acompanhamento dos pais ou desmotivados com o que a escola tem a oferecer – o que especialistas dizem ser o grande problema atual.

Em pesquisa realizada em 2012 pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e a Fundação Victor Civita, jovens do ensino médio se queixaram de usar pouca tecnologia na escola e viam pouca utilidade prática em muitas das disciplinas cursadas, de filosofia a sociologia.

Ensino integral

Mas já há iniciativas em curso para implementar mudanças no ensino médio e, com isso, conter o abandono de estudantes.

Desde 2004, está em curso em Pernambuco um plano de educação integral, hoje presente em 320 escolas públicas do estado, explica Marcos Magalhães, presidente do Instituto de Corresponsabilidade Pela Educação, que participa do projeto.

Alguns dos pilares do projeto, diz Magalhães, são voltar mais a escola ao projeto de vida do aluno e incluir habilidades socioemocionais (resiliência, resolução de problemas, estímulo à curiosidade) nas disciplinas ensinadas.

"Além do ensino regular das matérias, incluímos iniciação científica para descobrir os alunos que podem se interessar ou não por ciências; implementamos uma cultura de avaliação sistemática do desempenho dos estudantes, dando tratamento individualizado a quem ficou para trás; e estimulando o jovem a escrever seu projeto de vida e pensar como a escola pode ajudar a alcançá-lo", explica Magalhães à BBC Brasil.

Hoje, segundo ele, o projeto está sendo implementado em escolas de outros cinco estados (Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Espírito Santo) e a taxa de evasão fica em torno de 5% (contra cerca de 50% no sistema educacional geral).

Iniciativa semelhante está em curso na escola estadual Chico Anyσιο desde 2012, no Rio, que reformou seu currículo com a ajuda do Instituto Ayrton Senna.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Lá também o ensino se tornou integral e passou a incluir habilidades socioemocionais nas aulas, para "sair da decoreba e dar significado ao conteúdo", diz Mozart Neves Ramos, diretor de articulação do instituto, que ofereceu um curso de formação aos professores para o novo currículo.

Ramos afirma que a evasão "praticamente inexistente nesse novo modelo, mas isso não é o principal - e sim renovar o currículo escolar para aproximá-lo mais do mundo juvenil".

O modelo de educação integral custa mais caro: cerca de R\$ 1,5 mil por ano por aluno a mais que o ensino tradicional, que por sua vez requer investimento de cerca de R\$ 2,3 mil por ano por aluno no ensino médio. "Mas numa escola assim o aluno aprende", argumenta Magalhães.

Pacto

Em junho, a presidente Dilma Rousseff sancionou sem vetos o Plano Nacional da Educação, que objetiva, entre outras metas, oferecer ensino em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas.

Em audiência pública em abril, o ministro da Educação, Henrique Paim, afirmou que o ensino médio é o setor com mais problemas e um dos principais desafios da pasta.

Uma das maiores dificuldades é que muitos alunos já chegam atrasados ao ensino médio: um terço dos alunos desse ciclo está cursando uma série defasada em relação a sua idade, segundo dados de 2012.

Em resposta, o governo lançou em novembro passado o Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que prevê, entre outros pontos, uma discussão sobre o currículo escolar, a ampliação do ensino integral e o aperfeiçoamento da formação dos professores.

Segundo a professora Monica Ribeiro da Silva, que coordena as ações nacionais de formação de professores no Pacto, 350 mil deles deverão passar por cursos de formação continuada até 2015, para discutir os perfis dos jovens do ensino médio, currículo e gestão escolar, avaliações e organização do trabalho pedagógico. Em seguida, a serão discutidas as disciplinas ensinadas.

"A preocupação é qualificar o professor para que ele consiga enfrentar o abandono escolar", diz Ribeiro da Silva, que também é professora da Universidade Federal do Paraná.

Para Bergamaschi, da Todos Pela Educação, a formação de professores é um desafio em todo o ciclo educacional brasileiro: "Muitos dão aulas de disciplinas nas quais não têm formação. É imprescindível uma reforma na formação deles, que lhes permita dar uma aula mais relevante e com uma nova metodologia."

Fora isso, é preciso trabalhar para reduzir a defasagem entre idade dos alunos e a série cursada por eles, bem como repensar a quantidade de disciplinas ensinadas no ensino médio – que



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

costumam ser entre 15 e 19 -, opina Tufi Machado Soares. Ele é autor de estudo sobre evasão escolar para a Universidade Federal de Juiz de Fora, em que entrevistou cerca de 800 jovens que evadiram a escola.

"A maioria dos jovens reconhece a importância da escola. Mas ela está em descompasso com suas necessidades, e muitos têm dificuldade em acompanhar o conteúdo. Precisamos que os jovens concluam as etapas (prévias) de ensino na idade correta."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 02/08/2014
Assunto: Conselho		Página: Online



Conselho de Educação tem novos conselheiros

Os professores Sérgio Roberto Arruda, Diretor Regional do Senai, Elza Maria Moretto, Secretária Adjunta da Educação, e Antônio Carlos Nunes, assumirão dia 4 de agosto, segunda-feira, mandatos no Conselho Estadual de Educação. Foram todos nomeados pelo governador Raimundo Colombo..



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 04/08/2014
Assunto: Currículo	Página: Online	

EM JORNAL A VERDE DO BRASIL - F. 2. - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Brasil discute currículo nacional para o ensino

Uma discussão que diversos países têm feito na área da educação ganhou força no Brasil: a definição do mínimo de conhecimento que cada um dos 50 milhões de estudantes da educação básica deve receber na escola.

Atualmente, a legislação brasileira não aponta essa espécie de currículo mínimo.

Cada Estado, município e até colégios definem o que seus estudantes aprenderão.

Diferentes grupos decidiram apresentar propostas para alterar o panorama.

Um exemplo vem de um grupo de 40 educadores e dirigentes de entidades ligadas à educação, como as fundações Lemann, Ayrton Senna e Itaú Social e representantes dos secretários municipais e estaduais de Educação.

Eles têm feito reuniões e pesquisas para indicar modelo de base nacional comum a ser seguida nos currículos.

Os programas de governo dos candidatos à Presidência Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) citam mudanças nos currículos; Eduardo Campos (PSB) propõe acelerar o debate sobre o tema.

E o Ministério da Educação tem consultado especialistas e representantes da área na tentativa de coordenar as discussões e apresentar uma proposta, a ser implementada até 2016, conforme prevê o novo Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso em junho.

"As avaliações educacionais mostram que estamos com problemas de qualidade. A base comum curricular é uma forma de melhorarmos a aprendizagem dos alunos e subsidiar a formação dos professores", afirmou a secretária de Educação Básica do ministério, Maria Beatriz Luce.

Ou seja, docentes poderão aprender na universidade como ensinar os conteúdos do eventual currículo nacional.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

OUTROS PAÍSES

Discussão parecida já foi feita na Austrália, que iniciou a implementação de um currículo nacional em 2010, e nos Estados Unidos, que começou o debate em 2009. Hoje, 43 dos 50 Estados americanos adotaram o sistema.

No Brasil, se de um lado diversos setores indicam a necessidade da definição de uma base nacional, do outro, não há consenso de como seria esse modelo.

"Do que conversamos até agora, parece interessante que algo como 60% do currículo seja igual no país todo, e os outros 40% fiquem para a definição nas redes", disse a ex-secretária de Educação de São Paulo, Maria Helena Guimarães, membro do grupo de educadores que defende a base nacional comum.

O princípio da ideia é que todos os alunos tenham um mínimo de conhecimento, mas que recebam também formação ligada à suas regiões.

"Não concordamos com as ideias desse grupo", disse a presidente da Apeoesp (sindicato dos professores da rede estadual paulista), Maria Izabel Noronha, membro do Conselho Nacional de Educação. "Elas engessam demais. Como ter currículo praticamente igual no país todo?"

Um estudo que comparou o Brasil com oito países apontou que aqui o sistema é o que tem menos centralização na definição dos currículos.

O levantamento foi feito pela pesquisadora Paula Louzano, da USP e do grupo que defende uma base nacional.

"No mundo a referência de autonomia docente é a Finlândia, mas lá o professor não pode deixar de ensinar o que é um meio ou um terço até o fim do 2º ano", disse Louzano. "No Brasil isso pode ocorrer porque não está escrito em lugar nenhum o que ele deve ensinar neste ano escolar."

O sistema finlandês especifica o que o aluno deve aprender, mas as escolas têm liberdade de definir como ensinar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Lageano	Editoria: Geral	Data: 01/08/2014
Assunto: Colégio industrial		Página: 04



CORREIO LAGEANO

REFORMAS NO PRÉDIO JÁ COMEÇARAM

VINICIUS PRADO

viniciusprado@correiolageano.com.br

Pela primeira vez, desde 1964, o Colégio Industrial Lages será restaurado. As obras já começaram em uma parte da estrutura. A reforma levará cerca de um ano e meio para ficar pronta. Uma solenidade será realizada no dia 5 de agosto, no próprio colégio, para lançar a ordem de serviço das obras.

O diretor do Industrial, Armando Duarte, está satisfeito com a conquista desta restauração. "Eu entrei na direção com o compromisso de resgatar o nome, a reforma e os alunos", salienta.

De acordo com o diretor, os estudantes não sofrerão com as obras, pois elas serão realizadas em etapas. Este método é necessário para não interromper o ano letivo e atrasar o calendário

escolar.

Segundo o gerente de infraestrutura da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Lages, Aldo Antônio Silva, no projeto, as salas, ginásio, estacionamento, sistemas elétrico e hidráulico, serão restaurados.

● **ETAPAS** | A primeira parte está sendo a das salas do terceiro ano, localizadas no terceiro piso do colégio. A medida em que as obras

vão sendo finalizadas, outras áreas da estruturas serão reformadas.

Quanto às salas, os pisos de tacos estão sendo retirados para dar lugar aos pisos de cerâmica. O forro terá mantas térmicas. A mobília não será alterada, nem está inclusa no edital de licitação. A empresa ganhadora da licitação é a Terra Engenharia, de Lages. As obras estão avaliadas em R\$ 5,6 milhões.

● **ARTE** | Aldo Silva salientou que os mosaicos de Martinho de Haro, mesmo não sendo tombados, serão preservados, pois integram a história do colégio.



É a primeira vez que o colégio passa por reformas desde a sua fundação, em 1964.